



**SOLDADOS DA BORRACHA:
O ACORDO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA PARA A EXTRAÇÃO DO
LÁTEX NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

*José Carlos Meireles da Silva
Fabíola Michelle Andrade de Oliveira*



Resumo: Este trabalho visa analisar a trajetória dos soldados da borracha, a partir da celebração dos Acordos de Washington, assinados entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), durante a 2^a GM. Em decorrência desses contratos, o governo brasileiro instituiu diversos órgãos governamentais a fim de suprir à demanda da indústria bética norte-americana no que concerne à exploração do látex na Amazônia. Por efeito, foram mobilizados, em âmbito nacional, inúmeros trabalhadores para cumprir o convênio realizado entre os dois países. O recrutamento dessa mão de obra foi primordial para abastecer o estoque dos países aliados envolvidos no conflito mundial. Os nordestinos foram os que mais migraram para o front de batalha dos seringais amazônicos, ficando conhecidos como “soldados da borracha”, devido ao processo a que foram submetidos na época. O governo brasileiro contratou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o serviço do artista plástico Jean Pierre Chabloz para divulgar as propagandas imagéticas da Campanha Nacional da Borracha a fim de incentivar o alistamento desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalhadores, órgãos governamentais, propagandas, borracha.

Abstract: This paper aims to analyze the trajectory of the “Rubber Soldiers”, starting with the Washington Agreements signed between Brazil and the United States of America (USA) during World War II. As a result of these agreements, the Brazilian government set up various government agencies to meet the demands of the US war industry in terms of latex exploitation in the Amazon. As a result, countless workers were mobilized nationwide to comply with the agreement between the two countries. The recruitment of this labor force was essential to supply the allied countries involved in the world conflict. The Northeasters were the ones who migrated most to the battlefield of the Amazonian rubber plantations, becoming known as “Rubber Soldiers”, due to the process they were subjected to at the time. The Brazilian government hired the Department of Press and Propaganda and the services of artist Jean Pierre Chabloz to publicize the National Rubber Campaign in order to encourage the enlistment of these workers.

Keywords: Labors, government agencies, advertisements, rubber.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo trata sobre a trajetória dos soldados da borracha, grupos de trabalhadores oriundos de diversas regiões do Brasil, em especial da região Nordeste do país, recrutados pelo governo brasileiro para extrair a borracha na Amazônia. O alistamento desses trabalhadores ocorreu com a assinatura dos “Acordos de Washington”, firmados entre o governo brasileiro e estadunidenses, durante a Segunda Guerra Mundial. O objetivo do contrato era suprir de matéria-prima os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados na luta contra os países do Eixo, pois o Brasil possuía uma grande reserva de seringueiras nativas (*hevea brasiliensis*).

O contrato celebrado aconteceu após o Japão ter atacado a base norte-americana de Pearl Harbor e a ocupação dos nipônicos nos seringais do Sudeste Asiático (Ceilão [atual Sri Lanka], Malásia e Indonésia) (Sena, 2008), circunstância que reduziu o montante de importação da borracha pelos EUA. Na época, a borracha era considerada um dos produtos indispensáveis



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

para a vitória das tropas, já que havia a necessidade de artigos como: pneus para os veículos, mangueiras automotivas, material isolante, botes infláveis, calçados, entre outros derivados da borracha.

O bloqueio japonês aos seringais acarretou aos norte-americanos situações catastróficas, e, como consequência, estes estabeleceram algumas medidas de racionamento da goma elástica em todo o seu território. Os estadunidenses imediatamente trataram de investir em uma política de reciclagem, utilizando anúncios solicitando a todos os cidadãos a doação de produtos à base de borracha.

Partindo desse princípio, os dois governos organizaram um sistema logístico com apoio do *Rubber Reserve Corporation* (RRC), pelo lado dos estadunidenses, que mais tarde foi substituído pelo *Rubber Development Corporation* (RDC), e pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW) pelo lado brasileiro. Essas estruturas administrativas adotaram um sistema logístico de modo a apoiar a extração de borracha, bem como auxiliar na mobilização dos trabalhadores que se deslocavam para os seringais amazônicos.

No que concerne ao aparato logístico, o governo criou e contou com o apoio do Banco de Crédito da Borracha (BCB), Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), CCAW, Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores da Amazônia (SEMTA), Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), Instituto Agronômico do Norte (IAN), Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAP), Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia (CAETA) e do Departamento Nacional de Imigração (DNI).

O ACORDO ENTRE O BRASIL E OS EUA PARA A EXTRAÇÃO DA BORRACHA

Em 3 de março de 1942, foram realizados os Acordos de Washington, mas as tratativas tiveram início na III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que aconteceu no Rio de Janeiro, no período de 15 a 28 de fevereiro de 1942. A principal finalidade do encontro foi elaborar uma proposta de rompimento imediato e de forma unânime das relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo¹. Ao término da conferência, o ministro brasileiro da Fazenda, Souza Costa, viajou para os EUA, com o objetivo de discutir uma série de assuntos importantes para a consolidação da aliança entre os dois países (Corsi, 2000).

Durante a reunião, foi discutido um plano para aumentar as negociações dos brasileiros com os norte-americanos. Essas exportações incluíam a aquisição de matérias-primas indispensáveis à indústria de guerra americana, tais como borracha, ferro, manganês e castanha para o combate ao nazifascismo na Europa (Costa, 2015), além da concessão de empréstimos substanciais. Segundo Dennison de Oliveira

os EUA se comprometiam a financiar com até US\$ 100 milhões a produção de materiais estratégicos no Brasil, concediam empréstimos de US\$ 14 milhões para a exploração de ferro e para a ferrovia Vitória-Minas, bem como criavam um fundo de US\$ 5 milhões para incrementar a exploração da borracha (Oliveira, 2015, p. 53).

¹ Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações com Alemanha, Itália e Japão e, depois das negociações, assinou os acordos em 3 de março do mesmo ano. O governo Vargas já possuía planos e projetos para a Amazônia, e os acordos vieram ao encontro de suas pretensões.



O governo brasileiro entendeu que o sucesso da missão de Souza Costa foi fundamental para estreitar a política de aliança com os Estados Unidos. Ao assumir o acordo com os norte-americanos, o Brasil ficou numa situação muito vulnerável em relação aos países do Eixo. O presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, parecia muito inseguro com a direção que havia acabado de tomar e nutria dúvidas quanto à disposição do governo Roosevelt, se realmente iria auxiliar o país em termos econômicos e militares (Corsi, 2000).

O presidente brasileiro estava preocupado em equipar suas Forças Armadas, mas já estava cansado das promessas dos norte-americanos. Também sentia-se pressionado pela Argentina (*Ibid.*) por uma possível invasão no Sul do Brasil. Diante da conjuntura, Vargas, preocupado com a situação, proferiu a seguinte frase: “É muito urgente que a entrega do material bélico seja de acordo com as nossas necessidades, para sabermos se vale a pena ou não ser amigo dos Estados Unidos”².

A delegação brasileira era constantemente pressionada por Vargas para melhorar a proposta dos acordos, mas a comissão mantinha uma posição de precaução na hora de argumentar com os estadunidenses, pois qualquer deslize poderia por em risco a missão. O governo norte-americano reafirmava que os pedidos do governo brasileiro seriam atendidos na medida do possível, mas as encomendas consideradas essenciais, ainda estavam aguardando uma resposta favorável (Corsi, 2000).

O economista Valentim Fernandes Bouças, que acompanhava a comissão brasileira, informou a Vargas que existiam duas correntes políticas e econômicas nos EUA com objetivos diversos, conforme mencionado por Luiz Alberto Moniz Bandeira:

Uma, dos partidários da boa vizinhança, chefiada pelo presidente Roosevelt e apoiada pelo Departamento de Estado. A outra, dominando os departamentos e comissões que tratavam dos assuntos financeiros, compunha-se dos chamados *dollars years men*. Estes homens formavam uma corrente diversa, baseada ainda em lucros comerciais ou industriais, com aquela mesma mentalidade de exploração de matéria-prima, deixando-nos o buraco no solo e sem indústria (Bandeira, 2007, p. 397).

Valentim afirmou que, durante a reunião da Comissão de Fomento Interamericana, foi proposto por Nelson Rockefeller, coordenador do *Office of the Coordinador of Inter-American Affairs* (O.C.I.A.A.), apoio financeiro para os programas de saneamentos e desenvolvimento da Bacia Amazônica, pois naquele momento só se falava em borracha no mundo (Bandeira, 2007). Portanto, a execução do projeto deveria ocorrer em duas fases. A primeira visava incentivar a extração da borracha e sua exportação para os EUA; a segunda etapa previa a constituição de uma verdadeira Companhia de Cartel, formada por brasileiros e norte-americanos para desenvolver a região Amazônica (Martinello, 2004).

A borracha deveria suprir a indústria bélica estadunidense, assim como dos aliados nos itens de pneumáticos e câmaras essenciais às necessidades do contingenciamento e defesa das Américas. Os países americanos interessados em adquirir os produtos do Brasil poderiam fazê-lo, mas seriam estabelecidas quotas, após o entendimento entre o governo brasileiro

² Telegrama de Vargas a Souza Costa, Petrópolis, doc. 30, v.37, AGV, extraído do livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 394.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

e o norte-americano, que deveriam “concordar mutuamente em estabelecer um plano para o suprimento às nações das Américas, seguindo os mesmos métodos adotados para os pneumáticos e câmaras de ar”³.

Para suprir a necessidade dos aliados foi implementado um sistema logístico no Brasil capaz de atender a demanda estabelecida no acordo. A medida teve seu início após os japoneses se apoderarem de 97% das zonas produtoras de borracha natural (Araújo; Neves, 2015) na Malásia, ocasionando um sério golpe aos aliados. Afinal, os países não tinham um estoque muito grande de látex que pudesse sustentar a guerra. Ariadne Araújo e Marcos Vinícius Neves afirmam que a Inglaterra não possuía estoque suficiente para tirar do aperto o esforço de guerra, apenas 100 mil toneladas; o Canadá, 50 mil; e a Austrália, apenas 20 mil entre outros (*Ibid.*).

O SISTEMA LOGÍSTICO PARA A EXTRAÇÃO DA BORRACHA

Os governos brasileiro e norte-americano criaram um aparato logístico de modo a viabilizar a extração da borracha, assim como convocar a mão de obra que iria trabalhar nos seringais do Vale do Amazonas. Logo, foram organizados órgãos e instituições objetivando atender a demanda dos países aliados. Para isso, foram nomeadas como instâncias organizadoras desse sistema a RDC, representando o governo norte-americano, e a CCAW, pelo Brasil. Tais estruturas administrativas foram designadas para impulsionar a produção gomífera no Brasil.

A RRC, órgão do governo norte-americano, foi organizada em 28 de junho de 1940, com o propósito de conduzir aquisição e distribuição de borracha natural até o dia 23 de fevereiro de 1943, quando sua função passou ser desempenhada pela RDC, a qual passou a trabalhar em conjunto com a CCAW, auxiliando na formação das instituições que iriam atuar no esforço de guerra.

A CCAW foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942, “com o encargo de superintender a execução dos acordos celebrados com o Governo dos Estados Unidos da América” (Brasil, 1942). Esse decreto previa a criação de órgãos especializados de modo a cumprir os contratos firmados com os EUA. Para isso, a comissão deveria elaborar e submeter à deliberação do presidente Getúlio Vargas os planos de organização, instalação e funcionamento dos novos órgãos que fossem necessários para o cumprimento integral dos acordos (*Ibid.*).

O aparato logístico elaborado pela CCAW visava apoiar a extração de borracha, bem como auxiliar na mobilização dos trabalhadores que se deslocavam para os seringais amazônicos. Os organismos ficaram empenhados em assegurar esses objetivos, estimulando o desenvolvimento geral da região Amazônica (Corsi, 2000), além de fortalecer as instituições já existentes antes do acordo com os estadunidenses.

Em 17 de abril de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.275, foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), logo após a celebração do acordo sobre a borracha, assinado entre o Brasil e os EUA, com a função precípua de realizar ações no campo da saúde pública, sendo constituído por representantes do Departamento Nacional de Imigração (DNI) e do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA)⁴ dos EUA.

³ Acordo nº 4.686, de 2 de março de 1942 - Acordo sobre borracha celebrado, por troca de notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

⁴ Sobre o Acordo de setembro de 1942, “o IAIA contribuiu com \$ 2.000,00 de dólares para um programa de dois anos enquanto os brasileiros prometeram arrecadar \$ 250.000 em fundos e \$ 1.750.000 em serviços e equipamentos”, cf. McCann, 1995, p. 313.



O IAIA estabeleceu contratos com vários países latino-americanos, entre eles, o Brasil, para a criação de programas de saúde, de nutrição e de saneamento nas regiões onde seriam construídas as bases militares dos EUA, assim como em áreas produtoras de matérias-primas estratégicas para o setor bélico dos estadunidenses (Figueiredo, 2007). O projeto de saúde beneficiaria todas as regiões extratoras de insumos, como aquelas que se localizavam na Amazônia, para garantir o bem-estar nas vizinhanças das bases norte-americanas (McCann, 1995). Além disso, os programas criaram dispensários flutuantes (estabelecimentos formados para prestar serviços médicos gratuitos, por meio da distribuição de medicamentos) de modo atingir as populações e as famílias isoladas, garantindo o controle das doenças tropicais, bem como promover o atendimento médico aos soldados norte-americanos e aos trabalhadores que extraiam o látex e o minério de ferro (*Ibid.*).

O SESP promoveu saneamento em áreas produtoras de borracha vegetal do Vale do Amazonas, assim como nas regiões de minério de ferro, do Vale do Rio Doce. A organização era composta por “equipes de saúde que faziam um grande esforço para erradicar a malária, por meio de métodos preventivos e curativos” (*Ibid.*, p. 312).

O órgão intensificou o combate à doença por meio da distribuição de Atebrina⁵, da oferta de transporte aos seringueiros até seus locais de trabalho e do remanejamento da população local (Andrade, 2007). As dificuldades enfrentadas por esse órgão eram inúmeras, como se infere desta citação de André Luiz Vieira Campos:

Podemos imaginar as dificuldades dos profissionais do SESP no transporte do medicamento até a população, devido aos obstáculos interpostos pela natureza e aos abusos dos aproveitadores de ocasião. Muitos integrantes da rede distribuidora, aproveitando-se das lacunas no controle da mercadoria, vendiam a droga, que era para ser gratuita. Ao passo que o SESP inclui entre os seringalistas na sua rede de distribuição, torna-se quase impossível saber se o medicamento era fornecido gratuitamente ou vendido nos barrações (Campos, 2006, p. 120).

A fim de superar essas dificuldades, a agência governamental realizou operações saneadoras nos seringais, com base nas investigações epidemiológicas e em estudos entomológicos. Mesmo assim, as mortes por doença continuavam acontecendo nos seringais, o que comprometia a saúde dos soldados da borracha e, consequentemente, prejudicava sua atividade laboral. Nessa conjuntura, o governo norte-americano propôs como medida paliativa o emprego da mão de obra dos indígenas a fim de trabalhar nos seringais, para tanto, foi realizada consulta ao Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SNPI)⁶, mas a proposta não foi aceita.

Em consequência, o SESP resolveu os problemas da saúde local, transformando os postos médicos em postos de higiene, oferecendo atendimento mais direto aos enfermos (Andrade, 2007). Os serviços implementados pelos postos de higiene foram amplamente aproveitados

⁵ *sf Quím e Farm* - Produto derivado da acridina, o qual, por suas propriedades antimaláricas, foi empregado como sucedâneo da quinina. É também ativo contra a giardíase e outras parasitoses. http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/atebrina%20_910589.html. Acesso em: 18 jan. 2025.

⁶ Atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

pela comunidade local. Para Rômulo de Paulo Andrade a separação dos postos em áreas de atuação foram de suma importância no tratamento dos doentes. O autor menciona como se deu a divisão da região amazônica que ocorreu da seguinte forma: “em vinte distritos e cinco subdistritos sanitários, o estado do Amazonas ficou com doze, o território do Acre com cinco, o território do Guaporé com dois e o território do Rio Branco com um” (*Ibid.*, p. 128).

No âmbito econômico, foi criado o órgão denominado Banco de Crédito da Borracha (BCB) (Benchimol, 1977)⁷, instituído pelo Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de junho de 1942 (complementado pelos Decretos-Lei nº 5.185, nº 5.651 e nº 5.814, de 12 de janeiro, 5 de julho e 14 de setembro de 1943). O banco tinha como objetivo realizar as operações de crédito, fomentar a produção e o financiamento gomífero, promovendo o controle sobre a compra e a venda da borracha (Martinello, 2004). O banco poderia exercer função fiscalizadora caso ocorresse o desvio de finalidade na utilização do produto, em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, que dispunha o seguinte: “toda a borracha produzida no país tem a sua operação final no BCB, que poderá apreender todo aquele produto que, por qualquer motivo, seja desviado do seu trânsito normal e destino” (Brasil, 1942c). O Banco deveria centralizar a produção da borracha e realizar a transferência da concessão de uso e da ocupação dos seringais que se encontravam sob o poder do órgão, conforme mencionado no artigo 2º do ato normativo:

É prorrogada a continuidade da exploração dos seringais pelos seringalistas, que exerceiram suas atividades produtivas regularmente, até a data da publicação desta lei desde que se trate de seringais financiados pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A. e enquanto se encontrem em débito para com o mesmo. A transferência, cessão, ou venda de exploração de seringal pelo seringalista financiado pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A., ou a este devedor, operar-se-á sempre com anuência prévia do referido Banco; nos demais casos, as citadas operações de venda ou transferência, feitas pelos seringalistas serão obrigatoriamente comunicadas ao Banco de Crédito da Amazônia S.A. (Brasil, 1942c).

As operações realizadas pelo BCB eram determinadas pelo controle que este exercia sobre a produção da borracha. Dessa forma, o banco construiu instalações para armazenar a goma produzida, assim como abrigar o pessoal responsável pela pesagem, pelo corte e pela classificação do material (Martinello, 2004). Os armazéns deveriam estar próximos aos grandes centros urbanos, de modo a facilitar o transporte da manufatura.

Em 30 de novembro de 1942, por meio da Portaria nº 28, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgão voltado para o recrutamento dos trabalhadores e para a regulação das relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas. Em 1943, o SEMTA foi substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), por meio do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943 (Brasil, 1943). Essa legislação previa que o recrutamento, o encaminhamento e a seleção de trabalhadores para a Amazônia deveriam ser conduzidos pelo coordenador da Mobilização Econômica (CME), pela CCAW e pela RDC.

⁷ Mais tarde seria transformado em Banco de Crédito da Amazônia, antecessor do atual Banco da Amazônia S/A.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

Em 19 de janeiro de 1944, o Decreto nº 14.535 (Brasil, 1944) publicou que as atribuições de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para Amazônia passariam a ser de incumbência da CAETA e do Departamento Nacional de Imigração (DNI), órgão subordinado à estrutura do extinto Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), criado em 1938.

Competia também ao DNI prestar assistência aos grupos de retirantes assolados pelas secas do Nordeste, o que, indiretamente, iria contribuir para o deslocamento da força de trabalho que seria empregada na empresa da borracha (Campos, 2006). Do total dos retirantes, apenas um terço dos adultos puderam ser transferido para os seringais do Vale do Amazonas, muitos dos quais, acompanhados de familiares (Araújo; Neves, 2015). Essa circunstância atenuava a solidão experimentada pelos soldados da borracha ao longo de sua permanência na floresta, que estavam distantes de sua terra natal.

A fim de suprir as necessidades alimentares dos migrantes que haviam se fixado no Vale do Amazonas, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), por meio do Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, a qual ficou vinculada ao CCAW (Brasil, 1942b). A missão da SAVA era viabilizar o deslocamento dos trabalhadores para os seringais, fornecer gêneros alimentícios aos seringueiros, além de prover os comerciantes locais (Secreto, 2007).

Por fim, foi estabelecido o Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP), entidade jurídica autônoma subordinada ao então Ministro da Viação e Obras Públicas (Brasil, 1940). Embora tenha sido criado antes da celebração dos Acordos de Washington sobre a borracha, o SNAPP exerceu importante função no transporte dos seringueiros, dos seus familiares, de bagagens e de utensílios ao longo dos rios da região. Segundo Alves Pinto:

Assim, o Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará (SNAPP) firmou um contrato de cooperação com a RDC (16 de junho de 1943) pelo qual se comprometia a conceder prioridade ao transporte de borracha e dos insumos necessários à atividade extrativista, em troca de cessão de embarcações norte-americanas, adiantamentos sobre o pagamento de futuros serviços de carga e fornecimento preferencial de combustível, a preços de custo, por parte daquela agência (Pinto, 1984, p. 87).

As viagens organizadas pelo SNAPP, muitas vezes, dependiam das cheias e vazantes dos rios, o que acarretava longa espera até que as condições de navegação se tornassem favoráveis. Segundo Ariadne Araújo e Marcos Vinicius Neves, as viagens no rio Amazonas eram feitas pelas famosas “gaiolas” e/ou “vaticanos”, embarcações de pequeno porte construídas na Inglaterra, Holanda ou nos EUA. Essas embarcações, caracterizadas por estruturas improvisadas, ocasionavam transtornos e tensões entre os viajantes durante o transporte (Araújo; Neves, 2015).

SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES QUE LUTARAM NA BATALHA DA BORRACHA

Em 1º de fevereiro de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.225 (Brasil, 1943) o governo brasileiro publicou a forma de engajamento dos trabalhadores que seriam encaminhados para



o Vale Amazônico. Os homens convocados para extrair o látex em idade de servir ao Exército Brasileiro ficariam com suas incorporações adiadas até o término da tarefa. Dessa forma, os interessados poderiam se alistar como soldados da borracha e, como tais, teriam o direito de auferir uma pequena remuneração, assim como receber o traje apropriado, uma vez que, no seringal, seu contrato de trabalho seguiria as normas ditas pela legislação vigente (Pinto, 1984).

O recrutamento dos trabalhadores, a princípio, deveria ser constituído por homens sóis, a ser transladados em caráter de urgência para os seringais (Secreto, 2007) e provenientes de todas as regiões do país. Os trabalhadores que mais migraram para a região Norte do país foram os nordestinos, particularmente, os cearenses. Gary e Rose Neeleman afirmam que cerca de 55 mil trabalhadores foram convocados: “o presidente Vargas não poupou esforços ao recrutar dezenas de milhares de nordestinos para viajar de suas casas para as selvas na Amazônia, a fim de participar do que ele chamou de um esforço patriota para ganhar a guerra” (Neeleman; Neeleman, 2025, p. 71).

Para isso, o governo brasileiro contou com a ajuda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para auxiliar na convocação desses soldados da borracha. O DIP estava diretamente ligado à Presidência da República, conforme afirma Maria Helena Capelato:

O DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo. [...] Nesse conjunto, destacam-se a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política (Capelato, 1999, p. 173).

O órgão teve seu poder ampliado em 1940, quando foi instalado um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) em cada estado do país. “Entre os objetivos do DIP, estava de centralizar, coordenar e orientar a propaganda e auxiliar os ministérios e as entidades públicas e privadas sobre a propaganda nacional” (Secreto, 2007, p. 71). O governo brasileiro, auxiliado pelo Departamento, inseriu em suas publicidades a figura do trabalhador que aparecia nos cartazes como força de trabalho necessário ao emprego da “batalha da borracha”.

O presidente brasileiro fez alguns pronunciamentos à imprensa, visando a implementar a mobilização dos trabalhadores para cumprir a missão de assegurar o suprimento da borracha aos países aliados, nos termos seguintes:

Seringueiros! Dediquei todas as energias à batalha de borracha, precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidas sem repouso, [...]. Nas guerras modernas não fazem parte somente soldados que estão no campo de batalha, mas, toda a nação: homens, mulheres, velhos e crianças. A vós, desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados, Unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil⁸.

A propaganda para convocar os trabalhadores explorou o imaginário desses homens por meio de símbolos e de discursos promovidos pelo governo brasileiro de forma apelativa no chamado esforço de guerra. Nesse contexto, o governo brasileiro recorreu às imagens geradas pelo artista e publicitário suíço, Jean-Pierre Chablop, como forma de estimular os fluxos migratórios. O suíço,

⁸ Jornal *O Acre*, nº 742, ano XII, 20 de maio de 1943.



ao receber convite do SEMTA, mudou-se com sua família para Fortaleza, onde passou a compor a equipe da agência governamental na campanha de mobilização dos soldados da borracha, em que fez “chegar a todos, as ideias traçadas pela divisão de propaganda por meio de grandes e coloridos cartazes que deveriam espalhar a boa nova: a Amazônia era o novo Eldorado” (Araújo; Neves, 2015, p. 53), conforme demonstrado na figura 1.



Fig. 1- “Vai também para a Amazônia”, de autoria de Jean-Pierre Chablop, 1943.

Fonte: Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

A Amazônia era conhecida, naquela época, como a região onde o “leite” valioso da seringueira brotava aos borbotões e, por isso, gerava riquezas incomensuráveis (Silva, 2015). Nesse sentido, as figuras elaboradas por Chablop foram extraordinárias, já que forneceram um conjunto de imagens que estimulavam o deslocamento dos trabalhadores de toda a parte do Brasil, sobretudo os oriundos do Nordeste do país, que se engajaram nos programas do SEMTA.

Os trabalhadores alistados passavam por uma bateria de exames agenciada pelo SEMTA. Eles deveriam, entre outras características, ser saudáveis e estarem aptos a desempenhar tarefas manuais de extração do látex. No momento que recebiam o parecer favorável do médico, os recrutados recebiam o enxoval de viagem que era composto “de uma calça de mescla, uma blusa de morim branco, um chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, um talher que era colher e garfo, uma rede, e um saco de estopa” (Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, 1943). Esse enxoval era fornecido pelo SEMTA e visava deixar o soldado da borracha em condições de desenvolver suas atividades nos termos do contrato de trabalho acordado e contribuir para o povoamento de Amazônia (Araújo; Neves, 2015).

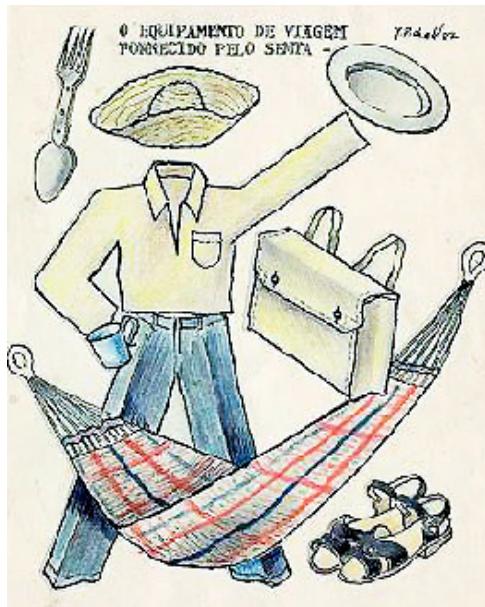


Fig. 2 - Equipamento de viagem, de autoria de Jean-Pierre Chablot, 1943.

Fonte: Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

Os soldados da borracha, após receberem o enxoval, “desfilavam pelas ruas da cidade em passeatas organizadas pelo SEMTA, numa demonstração de força e organização da Campanha da Borracha (Araújo; Neves, 2015, p. 74)”, devidamente uniformizados. Cabe ressaltar que os soldados ficavam em poucos⁹ esperando a hora do embarque, mas enquanto isso não acontecia “o SEMTA organizava jogos e ginástica, com o intuito de ocupar o tempo e disciplinar os corpos e a mentes” (Ibid., p. 74) desses homens. Para Ariadne Araújo e Marcos Vinícius Neves a atividade desenvolvida pelo órgão demonstrava um caráter militar pela Batalha da Borracha e ainda, preparavam o indivíduo para cumprirem seus deveres com a pátria.

Os soldados da borracha sob a influência de intervenientes costumavam realizar juramentos com o propósito de permanecer nos seringais, já que a floresta seriam os quartéis do Brasil, não podendo cometer crime de deserção (Associação Comercial do Amazonas, 1943). Além disso, havia entre soldados e seringalistas a promessa de viverem em máxima harmonia e disciplina, [...], pois seriam soldados da mesma batalha e brasileiros com os mesmos ideais.

Segundo Carlos José de Farias Pontes, os soldados da borracha deveriam demonstrar respeito a todos com quem se relacionavam no âmbito dos seringais (Pontes, 2015). Esses soldados, embora não integrados aos quadros militares do Exército Brasileiro, ocuparam o Vale do Amazonas no “*front de guerra*”. Conforme a propaganda oficial:

os soldados da borracha seriam heróis de guerra tão importantes quanto aqueles que foram para o front Europeu e o Exército da borracha teria a missão vital de salvar os países aliados do colapso, fornecendo a matéria-prima estratégica para a indústria bélica (Silva, 2005, p. 45).

⁹ Os poucos se assemelhavam a um campos de concentração, não possuindo muros, porém, tendo cercas vigiadas por guardas armados em suas áreas externas e, na área interna, por guardas desarmados recrutados entre os próprios soldados da borracha.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos soldados da borracha é um dos episódios mais surpreendentes da historiografia brasileira, marcada pelo heroísmo, dedicação e sentimento de patriotismo. O governo brasileiro estimulou dezenas de milhares de brasileiros a participarem do esforço de guerra nos seringais do Vale Amazônico. Os trabalhadores foram recrutados para extrair a goma elástica na região Norte do Brasil, de modo a cumprir a formalidade prevista no Acordo de Washington, firmado entre o Brasil e os EUA.

Afinal, o contrato visava o fornecimento de borracha natural para os EUA e os países aliados, já que os japoneses ocuparam as regiões produtoras de látex do Sudeste Asiático. O látex era considerado o produto essencial para abastecer a indústria bélica dos norte-americanos e dos aliados. O governo brasileiro, em conjunto com os norte-americanos, tratou de criar um aparato logístico objetivando apoiar e suprir a demanda existente da Segunda Guerra Mundial. Em consequência, o Brasil passou a ser o maior fornecedor de borracha na época, uma vez que existia uma grande quantidade de seringueiras nativas no Vale Amazônico.

O presidente Getúlio Vargas utilizou-se da imprensa local a fim de realizar pronunciamentos, visando ao recrutamento do máximo de mão de obra para atender os compromissos assumidos com os EUA. Sendo assim, inúmeros brasileiros se alistaram com o intuito de participarem da Batalha da Borracha. É bom salientar que a maioria desses homens saiu do Nordeste brasileiro, particularmente do Ceará, devido às propagandas difundidas na época, de forma sedutora, anunciada pelo órgão do governo brasileiro.

Os discursos elaborados por Vargas, assim como as imagens produzidas por Chablop, surtiram bastante efeito, mas os soldados da borracha se depararam com uma realidade totalmente diferente no interior da floresta Amazônica. Esses homens esbarraram com os problemas da região, como as doenças tropicais, entre outros perigos constantes no dia a dia dos trabalhadores.

Percebe-se, no entanto, que o presente estudo não esgota todas as facetas relacionadas aos soldados da borracha que atuaram nos seringais do Vale Amazônico durante a Segunda Guerra Mundial. Abre um caminho para novas pesquisas associadas ao tema e ao papel desempenhado por esses homens, a fim de revelar novos fatos importantes que não foram aqui abordados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)*. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.
- ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. *Soldados da borracha: os heróis esquecidos*. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2015.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Boletim nº 24, ano 2, Manaus, julho de 1943*.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Coleção Amazoniana, Umberto Calderaro, 1977.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial Governo do Estado do Amazonas, 1992.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942a*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942b*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5044-4-dezembro-1942-415253-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 14.535, de 19 de Janeiro de 1944* - Aprova o acordo relativo ao recrutamento e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-14535-19-janeiro-1944-456175-norma-pe.html>>. Acesso em 31 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 2.154, de 27 de abril de 1940* - Cria a administração autônoma dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, estabelecendo bases para a sua organização e dando outras providências.. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2154-27-abril-1940-412171-norma-pe.html>>. Acesso em 31 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-Lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940* - Cria a administração autônoma dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, estabelecendo bases para a sua organização e dando outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2154-27-abril-1940-412171-norma-pe.html>>. Acesso em 31 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943* - Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico, e dá outras providências Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>>:~:text=dedicarem%20%C3%A0quelas%20atividades.-,Art.,Dutra.&text=Publica%C3%A7%C3%A3o:>. Acesso em 31 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943* - Aprova o acôrdo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5813-14-setembro-1943-415790-norma-pe.html>>:~:text=EMENTA%3A%20Aprova%20o%20ac%C3%B4rdo%20relativo,Ama%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20prov%C3%A7%C3%A3o%20Norma(s)%3A,Social)%20%2D%20(Aplica%C3%A7%C3%A3o).>. Acesso em 31 mar. 2025.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto-lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942c* - Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm>. Acesso em: 22 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo nº 4.686, de 2 de março de 1942d* - acordo sobre borracha celebrado, por troca de notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Decreto-lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940*. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37313>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, 2000.

COSTA, Francisco Pereira. *Soldados da Borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945*. São Paulo: Editora Biblioteca 24horas, 2015.



BELLUM

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas. *História das Ciências da Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1429-1434, Dez. 2007.

MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

McCann; Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Acervo de Jean-Pierre Chablotz. Equipamento de Viagem. Fortaleza, 1943.

NEELEMAN, Gary; NEELEMAN, Rose. *Soldados da Borracha*: o exército esquecido que salvou a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

PINTO, Nélson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984.

PONTES, Carlos José de Farias. A guerra no Inferno Verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. [Universidade Federal do Acre (UFAC)]. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, v.2, n.1, p. 56-67, 2015.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha*: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. *Cadernos de História da Ciência*. Instituto Butantã, São Paulo, v. IV (2), jul.-dez, 2008.

SILVA, José Carlos Meireles da. *Soldados da Borracha*: os heróis esquecidos na Amazônia. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 151, p 11-17, 1º quadrimestre - Ed. Esp., 2015.

SILVA, Maria Andrade. *A borracha passada na história*: os soldados da borracha durante a Segunda Guerra. [Dissertação de Mestrado], Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visão da natureza*: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999. Telegrama de Vargas a Souza Costa, Petrópolis, doc. 30, v.37, AGV, extraído do livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasil: UNICEF, 1996.

TRESPACH, Rodrigo. *Histórias não (ou mal) contadas*: Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias Franciscas e Raimundas*: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



José Carlos Meireles da Silva é subtenente de Intendência do Exército Brasileiro. Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas e em Geografia pelo Centro Universitário Maringá, mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira. Atualmente é pesquisador da Seção de Simbologia Marcial do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

ID Lattes: 3072342241558123.



Fabíola Michelle Andrade de Oliveira é graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Turismo pela Universidade Paulista, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Cândido Mendes. Trabalha no Centro Educacional José de Paiva Netto no Rio de Janeiro.